

COMUNICAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS COMO CHAVE PARA PRÁTICAS DECOLONIAIS DE UMA OUTRA-COMUNICAÇÃO

INDIGENOUS PEOPLES' COMMUNICATION AS A KEY TO DECOLONIAL
PRACTICES OF AN OTHER-COMMUNICATION

LA COMUNICACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS COMO CLAVE PARA LAS
PRÁCTICAS DECOLONIALES DE UNA OTRA-COMUNICACIÓN

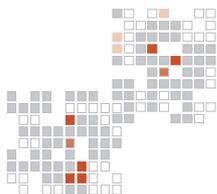
Emanuela Neves do Amaral

■ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano e graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9068075314998647>.
■ Email: emanuamaral@hotmail.com

Adilson Vaz Cabral Filho

■ Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Carlos III de Madrid. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, com atuação no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq - nível 2 (2021-2024). Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2022-2025). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE (Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência). Número ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8132-6675>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1787526384833274>.
■ Email: acabral@comunicacao.pro.br

60



RESUMO

A partir de uma visão crítica das práticas comunicacionais comerciais, o artigo se propõe a debater as bases das práticas de comunicação indígena, a partir das teorizações em torno da Comunicação para o Bem Viver, como possibilidade para se pensar uma comunicação decolonial. Partindo dos limites dos modelos tradicionais da comunicação, aponta-se as práticas decoloniais da comunicação como possibilidade para pensar uma outra-comunicação. A partir do estudo das experiências indígenas no Brasil, se aplica os conceitos teóricos. Ao final levanta-se a necessidade do debate sobre a sustentabilidade da comunicação desses povos.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO DECOLONIAL; COMUNICAÇÃO INDÍGENA; POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO; COMUNICAÇÃO POPULAR.

ABSTRACT

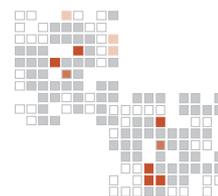
From a critical view of commercial communication practices, the article proposes to discuss the bases of indigenous communication practices, based on theorizations around Communication for Good Living, as a possibility to think about decolonial communication. Starting from the limits of the traditional models of communication, the decolonial practices of communication are pointed out as a possibility to think about an other-communication. Based on the study of indigenous experiences in Brazil, theoretical concepts are applied. In the end, the need for a debate on the sustainability of the communication of these peoples is raised.

KEYWORDS: DECOLONIAL COMMUNICATION; INDIGENOUS COMMUNICATION; COMMUNICATION POLICIES; POPULAR COMMUNICATION.

RESUMEN

A partir de una mirada crítica a las prácticas comunicativas comerciales, el artículo propone discutir las bases de las prácticas comunicativas indígenas, a partir de teorizaciones en torno a la Comunicación para el Buen Vivir, como posibilidad para pensar la comunicación decolonial. Partiendo de los límites de los modelos tradicionales de comunicación, se señalan las prácticas decoloniales de comunicación como posibilidad de pensar una comunicación-otro. A partir del estudio de experiencias indígenas en Brasil, se aplican conceptos teóricos. Al final, se plantea la necesidad de un debate sobre la sostenibilidad de la comunicación de estos pueblos.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN DECOLONIAL; COMUNICACIÓN INDÍGENA; POLÍTICAS DE COMUNICACIÓN; COMUNICACIÓN POPULAR.



Introdução

Esse artigo parte de uma perspectiva crítica da comunicação comercial, identificando possibilidades para a construção de experiências de comunicação democráticas, que levam em consideração perspectivas decoloniais, pautadas na visibilidade e no respeito às diversidades culturais e humanas. Dentro disso, busca-se apontar alguns conceitos de práticas comunicacionais que circundam a construção de uma outra-comunicação, com valores e perspectivas diferentes das comerciais.

A partir dessa reflexão, são apresentadas algumas das características que podem ser observadas na produção comunicacional indígena, entendendo suas características próprias e apontando como essa prática comunicacional pode expressar uma prática decolonial.

Por fim, aborda-se o direito à comunicação para os povos indígenas, além da necessidade de se pensar a sustentabilidade dessas experiências. Com isso, são elencadas algumas das principais reivindicações para a sustentabilidade e o direito à comunicação dos comunicadores indígenas e de instituições que defendem a garantia de direito à comunicação a esses povos.

1. Modelo e descolonização da comunicação

A comunicação a partir de uma perspectiva clássica e hegemônica tem algumas características e modelos específicos. Nesta perspectiva, a comunicação é o processo de transmissão de símbolos de locutores a receptores, através de canais de mensagens. Cria-se uma visão mecânica e estática da comunicação, ao qual o locutor é a fonte privilegiada do processo (Beltrán, 2007).

Além disso, é criada também a ideia da propriedade da informação. Se no processo de comunicação se qualifica a detenção de

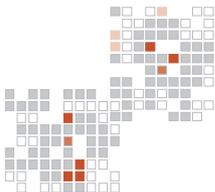
informação, torna-se importante obter o máximo de informação possível para poder passar adiante aos demais receptores menos valorosos. Podemos dizer que isto é uma das bases do oligopólio da comunicação, pois, para ter poder no processo de comunicação, é necessário que se detenha informação-mercadoria, e que outros não o detenham, ou seja, sejam “apenas” receptores. Esse modelo propõe e tenta relegar o receptor a mero consumidor passivo, mas é necessário pontuar que existem diversos elementos de negociação e resistências nesse processo, apesar da tentativa apassivadora e alienante na produção hegemônica.

Para essa visão de mundo ocidentalizada, a comunicação tem o propósito de transmitir mensagens. Esse propósito gera uma visão mecânica e estática da comunicação, no qual o locutor é a fonte privilegiada do processo (Beltrán, 2007). Ou seja, quem tem importância e poder nesse processo é a fonte que detém a informação.

Nesse esquema tradicional, há uma confusão também em relação à ideia de comunicação e informação, pois há uma redução da comunicação humana (algo recíproco) para a ideia de disseminação vertical da informação (Roncagliolo *apud* Beltrán, 2007). Este modelo cria um valor maior para a informação, transformando-a em mercadoria, e menor ao processo da troca comunicacional. O que tem valor é a informação-mercadoria e não a troca da mensagem entre os sujeitos.

A partir deste cria-se a ideia da propriedade da informação como uma das bases do oligopólio da comunicação, algo consideravelmente sensível na América Latina, como nos esclarece Beltrán:

A América Latina é um exemplo muito claro da propriedade de tal afirmação. Uma



pequena minoria de sua população exerce poder sobre a vasta maioria para assegurar a dominação total. Para fazer isso, as elites oligárquicas recorrem à comunicação de massas como instrumento para manter inalterável a situação (Beltrán, 2007, p.148 e 149. tradução nossa)¹.

Essa perspectiva foi resultado da experiência dos processos comunicacionais na Europa e nos Estados Unidos, quando a comunicação começou a se estruturar como área de conhecimento teórico, aplicando-se conceitos teóricos-metodológicos pré-existentes em seu contexto de origem.

Esse pertencimento remete a uma linearidade evolutiva da história que desconhece a cotidianidade das culturas e coloca a Europa como berço e ponto culminante da civilização humana; o modo dá fundamento ao assim chamado “paradigma dominante”, o de Mass Communication Research, que constitui a pedra angular onde foi erguido o edifício central e pragmático da Comunicação, um referencial indispensável das posições críticas construídas a esse respeito (...) Neste marco, a comunicação se conceitua como o processo de transmissão de conteúdos informativos, tecnologicamente mediado, que cumpre funções de controle social através da obtenção de certos efeitos em receptores massivos e passivos (Torríco Villaneuva, 2018, p.76. tradução nossa)².

1 La América Latina es un ejemplo muy claro de la propiedad de tal afirmación. Una exigua minoría de su población ejerce poder sobre la vasta mayoría para asegurarse la dominación total. Para hacerlo así, las elites oligárquicas recurren a la comunicación de masas como instrumento para mantener inalterable la situación (Beltrán, 2007, p.148 e 149).

2 Esa pertenencia remite a una linearidad evolutiva de la historia que desconoce la cotidianidad de las culturas y coloca a Europa como

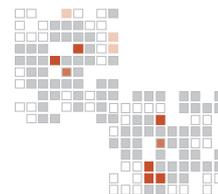
Com essa procedência eurocêntrica e norte-americana, este paradigma teórico também se expressa através de uma prática comunicacional internacional, quando a comunicação se dá unilateralmente a partir dos países do norte para os países do sul global (Beltrán, 2007).

Todo este quadro, que cria um processo comunicacional verticalizado e que se centra no valor da posse da informação, é produto dos países do centro do capitalismo. Sendo assim, este é parte de uma lógica da modernidade do Norte, e se expressa em regiões periféricas do capital a partir de uma relação colonial. O modelo padrão de se fazer comunicação na América Latina, por exemplo, é inspirado nas práticas europeias e, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, no modelo estadunidense. O jornalismo, a publicidade, a produção cinematográfica, todos, seguem, em maior ou menor grau, padrões estabelecidos pela produção comunicacional do Norte global.

Muitos autores latino-americanos dos estudos da comunicação vão, a partir dessa constatação, fazer uma crítica ao modelo de comunicação colonial. E, a partir daí, propor um outro modelo comunicacional, a partir do que usualmente vem sendo chamado de “giro-descolonial”.

O giro des-colonial se refere antes, e em primeiro lugar, à percepção de que as formas de poder modernas produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam de forma diferencial a distintas

cuna y punto culminante de la civilización humana; el modo da fundamento al denominado “paradigma dominante”, el de la Mass Communication Research, que constituye la piedra angular sobre la que fue erigido el edificio central y pragmático de la Comunicación, referente indispensable de las posiciones críticas construidas al respecto. (...) En ese marco, la comunicación se conceptúa como el proceso de transmisión de contenidos informativos tecnológicamente mediado que cumple funciones de control social a través del logro de determinados efectos en receptores massivos y pasivos (Torríco Villaneuva, 2018, p.76).



comunidades e sujeitos. Este também se refere ao reconhecimento de que as formas de poder coloniais são múltiplas, e que tanto os conhecimentos como a experiência vivida dos sujeitos que mais estão marcados pelo projeto de morte e desumanização modernos são altamente relevantes para entender as formas modernas de poder e para prover alternativas às mesmas (Maldonado-Torres, 2008, p.66. tradução nossa)³.

Algumas obras clássicas são ponto de partida dessa crítica, como a Pedagogia do Oprimido (1970), a Teologia da Libertação (1971), a Teoria da Dependência (1973), a Comunicologia da Libertação (1976) e a Filosofia da Libertação (1977) (Torrigo Villaneuva, 2014). Essa proposta teórica-crítica também se relaciona com autores dos estudos decoloniais latino-americanos, como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Boaventura de Souza Santos. “A decolonialidade, nova perspectiva crítica latinoamericana, propõe um ponto de vista distinto para a compreensão do direito e da teoria comunicacional desde a visão situada dos subalternos e com uma projeção utopística” (Torrigo Villaneuva, 2018, p.73. tradução nossa)⁴.

Esses estudos críticos que propõem outros modelos de comunicação podem ser enquadrados

3 El giro des-colonial se refiere más bien, en primer lugar, a la percepción de que las formas de poder modernas han producido y ocultado la creación de tecnologías de la muerte que afectan de forma diferencial a distintas comunidades y sujetos. Este también se refiere al reconocimiento de que las formas de poder coloniales son múltiples, y que tanto los conocimientos como la experiencia vivida de los sujetos que más han estado marcados por el proyecto de muerte y deshumanización modernos son altamente relevantes para entender las formas modernas de poder y para proveer alternativas a las mismas (Maldonado-Torres, 2008, p.66).

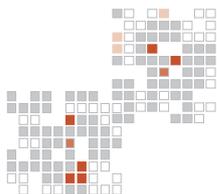
4 La decolonialidad, nueva perspectiva crítica latinoamericana, propone un punto de vista distinto para la comprensión del hecho y la teoría comunicacionales desde la mirada situada de los subalternos y con una proyección utopística (TORRIGO VILLANEUVA, 2018. p.73).

em práticas de comunicação decolonial. Porém são múltiplos os conceitos e práticas que pensam uma outra-comunicação. Aqui, não se buscam trazer todos, mas alguns deles.

O primeiro deles é a comunicação democrática, que propõe uma comunicação que se centra no processo de intercâmbio dos signos, em que os seres humanos compartilham suas experiências de forma livre, com igual participação, pluralidade, diversidade e equanimidade. Nessa proposição, defende-se que nos comunicamos com múltiplos propósitos, e não é simplesmente natural a ideia de que o principal propósito seja influenciar o comportamento dos demais. Para se fazer uma comunicação horizontal, se necessita de: Acesso, Participação, Direito, Liberdade, Recurso para a Comunicação, Igualitarismo (Beltrán, 2007).

A comunicação intercultural é também uma proposta de modelo que pensa a comunicação como um processo de intercâmbio. É uma visão que valoriza a diversidade das culturas e a troca que essas culturas podem ter. Mas, para que ambas culturas possam trocar signos e informações de forma equitativa, é importante que se nivelem os poderes de quem está inserido informações no processo comunicacional. Se não, este processo pode parecer uma troca entre culturas, mas na realidade, seria um processo de subordinação de uma pelo outro (Quiroga, 2012).

Podemos mencionar ainda a Comunicação para a Mudança Social. Esta é uma proposta que vem dos processos de construção da comunicação para o desenvolvimento, mas que se propõe a romper com a ideia do modelo de desenvolvimento (já hegemonizado pelo conceito desenvolvimentista moderno). Essa proposta defende a capacidade própria da comunicação como campo de construção social e cultural para transformar a sociedade e seu conjunto. A comunicação para a mudança social propõe um processo que surge das bases da sociedade, participativo, que respeita a pluralidade cultural,



criando espaços para visibilidade e expressão de todos (Bringe, 2013).

Por fim, e talvez a mais importante para o debate deste artigo, a Comunicação para o Bem Viver é mais uma proposta de comunicação que pode ser enquadrada na proposta de uma comunicação decolonial. O Bem Viver é uma cosmovisão andina, também compartilhada em outras culturas de povos originários, como os guarani no Brasil, e até mesmo no bantu (matriz cultural africana). A ideia do Bem Viver é de que os seres humanos devem viver e buscar a harmonia com a natureza e entre os próprios seres humanos.

Com isso, o Bem Viver é uma proposta alternativa ao pensamento ocidental moderno, e seus problemas sociais, econômicos e climáticos. É uma chave não só para questionar a não universalidade dos modelos tradicionais, mas também apresenta outras epistemologias possíveis (Calderón; Barraquero; Tanco, 2018). A comunicação é vista como prática central para a construção do Bem Viver, a partir de uma valorização de uma perspectiva de emergência decolonial.

Barranquero enfatiza que a comunicação e o Bem Viver não é só uma disciplina sem um programa de reconversão radical dos saberes construídos sobre as ruínas do projeto de uma razão moderna antiecológica e depredadora (2012b, p.75). Outro mundo possível requer comunicações-outras possíveis, de epistemes capazes de oferecer horizontes não relacionados aos condicionamentos da ordem dominante; requer formas de representação que contribuam para derrubar os estereótipos que desde a colonialidade são desenhados a respeito de “outro”. Em definitivo, requer forças coletivas que imaginem um novo horizonte social, cultural e humano. Para isso, a comunicação deve existir como comunicação-outras, superpostas ao informacionista e o tecnodeterminismo reinante de nossa era.

(Barranquero apud Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015. p.179. tradução nossa)⁵.

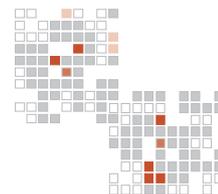
2. Práticas da Comunicação Indígena como base de uma outra-comunicação

As bases e características que compõem a prática comunicacional indígena são uma das expressões da proposta de uma prática de comunicação decolonial. Isso porque, as práticas comunicativas indígenas introduzem sistemas de significação alternativos aos estabelecidos pela comunicação colonial. Essas práticas evidenciam a possibilidade de pensar outros mundos possíveis, e com isso, outras práticas possíveis.

Comunicação-outra, desde o ponto de vista da emergência indígena, se refere à produção de sistemas de pensamento que expõe formas de relação entre sujeitos e entre sujeitos e o entorno, ambas baseadas na valorização do humano e da natureza sobre o mercado e o progresso. Além disso, são formas de comunicar que buscam modificar - desde os espaços de enunciação locais - os modos em que a alteridade vem sendo representada desde a colonialidade. Entendemos que não se está aludindo só a discursos opositivos ao sistema de meios hegemônicos, mas para inovadoras formas de representar a realidade desde a validação da alteridade (Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015, p.173. tradução nossa)⁶.

5 Barranquero enfatiza “la comunicación y el Buen Vivir no es sólo una disciplina sino un programa de reconversión radical de los saberes construido sobre las ruinas del proyecto de una razón moderna antiecológica y depredadora” (2012b, p. 75). Otro mundo posible requiere de comunicaciones-otras posibles, de epistemes capaces de ofrecer horizontes no atados a los condicionamientos del orden dominante; requiere de formas de representación que contribuyan a derrumbar los estereotipos que desde la colonialidad se han diseñado respecto al “otro”. En definitiva, requiere de fuerzas colectivas que imaginem un nuevo horizonte social, cultural y humano. Para ello, la comunicación debe existir como comunicaciones- otras, superpuestas al informacionismo y el tecnodeterminismo reinante de nuestra era. (Barranquero apud Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015 p.179).

6 Comunicación-otra, desde el punto de vista de la emergencia



É possível levantar algumas das características da comunicação indígena, tendo-a como prática que apresenta outras possibilidades de práticas comunicacionais.

Primeiro, a prática comunicacional pelos povos indígenas só tem sentido a partir de uma prática coletiva que coloca a comunicação a serviço da luta desses povos. A partir da visibilidade da luta pela terra, autodeterminação, dignidade e integridade. O fazer comunicação então, tem por objetivo a visibilidade dessas populações.

(...) a comunicação deixa de representar um mero vínculo de transmissão de informação de um emissor a um receptor para transformar-se em o meio de produção e reprodução das culturas indígenas. É agora entendida como o vetor de uma oralidade que se encontra no centro da transmissão intergeracional e comunitária dos saberes ancestrais, conhecimentos práticos e idiomas próprios. O mito da neutralidade periodística alimentado pelas crenças da comunicação convencional se desfaz. O jornalismo indígena inscreve-se com nitidez em um sentido favorável a luta empreendida pelos povos e nacionalidades contra as sucessivas formas históricas de opressão (colonialismo, neocolonialismo, capitalismo, imperialismo, neoliberalismo), que tratarão de aniquilar suas culturas e diferenças (Sousa Santos, 2001). Este tipo de jornalismo, chamado indígena, não representa uma versão folclórica do jornalismo

indígena, refiere a la producción de sistemas de pensamiento que exponen formas de relación entre sujetos y entre sujetos y entorno, ambas basadas en la valorización de lo humano y la naturaleza por sobre el mercado y el progreso. Además, son formas de comunicar que buscan modificar –desde los espacios de enunciación locales– los modos en que la alteridad ha sido representada desde la colonialidad. Entendamos que no se está aludiendo sólo a discursos opositivos al sistema de medios hegemónicos, sino a innovadoras formas de representar la realidad desde la validación de la alteridad (Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015. p.173)

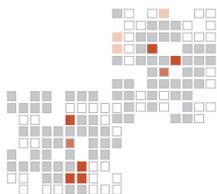
convencional, se não uma verdadeira mudança paradigmática para o que fazer da comunicação (Merino, 2012, p.26. tradução nossa)⁷.

Por isso, em sua base, a comunicação indígena não tem objetivo comercial, pois essencialmente sua origem responde a motivações de caráter social e cultural. E também, essa característica coloca a comunicação indígena fora de um suposto ideal convencional de neutralidade e imparcialidade.

Essa prática comunicacional se sustenta a partir do marco cultural específico de cada nação indígena. Trazendo na prática comunicacional marcas da cosmovisão, identidade, valores, idiomas e fé das diversas etnias indígenas (Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015). Os elementos culturais são colocados no centro da comunicação desses povos.

Com isso, a comunicação indígena representa empiricamente o que chamamos de mídia intercultural. Há um esforço no intercâmbio, preservação e valorização das diferentes culturas. Sua práticas estão embasadas no reconhecimento da plurinacionalidade dos povos. Sua prática confronta a ideia etnocentrista de conceber a comunicação, criando uma diversidade de conteúdos, tipos de meios e paradigmas culturais (Merino, 2012).

7 (...) la comunicación deja de representar un mero vínculo de transmisión de la información de un emisor a un receptor para transformarse en el medio de producción y reproducción de las culturas indígenas. Es ahora entendida como el vector de una oralidad que se encuentra en el centro de la transmisión inter-generacional y comunitaria de los saberes ancestrales, conocimientos prácticos e idiomas propios. El mito de la neutralidad periodística alimentado por las creencias de la comunicación convencional se desvanece. El periodismo indígena se inscribe con nitidez en un sentido favorable a la lucha emprendida por los pueblos y nacionalidades contra las sucesivas formas históricas de opresión (colonialismo, neocolonialismo, capitalismo, imperialismo, neoliberalismo) que trataron de aniquilar sus culturas y diferencias (Sousa Santos, 2001). Este tipo de periodismo, llamado indígena, no representa una versión folklórica del periodismo convencional, sino un verdadero cambio paradigmático para el quehacer de la comunicación. (MERINO, 2012. p.26).



É também possível apresentar, como característica da comunicação indígena, o uso da oralidade como principal ferramenta de comunicação. Com isso, se faz uso de diferentes linguagens para constituir essa comunicação: como a ritualística, sonora (música), dança etc.

A comunicação indígena se opõe à visão estreita da comunicação como processo de passagem vertical de informação do emissor para o receptor. A partir de diversas cosmovisões, essa prática percebe a comunicação como prática horizontal, integral e ampla. Todos estão conectados entre si, e a partir daí, se comunicando entre si. Portanto, há a valorização das diversas formas de se comunicar, a partir de uma visão de que a produção da comunicação ocorre a partir da emissão e recepção conjuntamente ligadas. Tanto quem emite mensagem, quanto quem recebe a mensagem, fazem parte igualmente da produção da comunicação.

A comunicação, para os indígenas, pode existir não só entre pessoas, mas também entre pessoas e a natureza. A comunicação também pode ser feita com os ancestrais e seus espíritos guias. Faz parte do processo de comunicação não só o intercâmbio de ideias, mas também o intercâmbio de sentimentos e sensações.

Para os povos indígenas a comunicação é integral, pois parte de uma cosmovisão no qual todos os elementos da vida e da natureza se encontram permanentemente relacionados e influenciados entre si (Maldonado Rivera; Reyes Velásquez; Del Valle Rojas, 2015, p.174. tradução nossa)⁸.

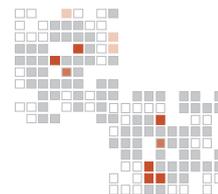
⁸ Para los pueblos indígenas la comunicación es integral pues parte de una cosmovisión en la cual todos los elementos de la vida y la naturaleza se hallan permanentemente relacionados e influenciados entre sí (Maldonado, Reyes; del Valle; Rojas, 2015.p 174).

3. Experiências de Comunicação Indígena no Brasil

É possível observar alguns dos conceitos apresentados até aqui nas experiências de comunicação indígena que se realizam hoje no Brasil. Na pesquisa levantada é possível perceber três categorias e modelos nas experiências atuais: as redes de comunicação, os coletivos de comunicação e as ações individuais através da influência digital. Longe de esgotarem as práticas indígenas de comunicação, serão apresentados alguns exemplos de referência para cada uma das categorias mencionadas.

As redes em sua maioria são configuradas a partir de um contexto geográfico e impulsionado por organizações representativas de determinados povos. Produzem materiais comunicativos diversos, desde boletins impressos até podcasts que circulam por meio do Whatsapp. Exemplo dessa categoria é a Rede Wauri, experiência impulsionada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) com auxílio técnico do Instituto Sociambiental (ISA), que conecta e forma comunicadores dos 27 etnias existentes no Alto Rio Negro para que esses atuem e produzam informação conjunta em rede. Outros exemplos são a Rede de Comunicadores da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA) e a Rede de Comunicadores Indígenas da Amazônia, impulsionado pela COIAB.

Já os coletivos, é uma categoria mais diversa. São em geral iniciativas, também em rede entre comunicadores indígenas, mas que não tem relação necessariamente com uma entidade representativa de um povo indígena, e que também não atua em um território específico. Seus participantes são de povos distintos, que não se restringem a uma determinada região do



território brasileiro. Exemplo dessas experiências são a Mídia Índia e a Rádio Yandê.

Por fim, há as iniciativas individuais que são as dos influenciadores. É possível observar um número grande de jovens indígenas que têm se aplicado em fomentar perfis pessoais para influenciar pessoas a partir de sua identidade étnica. A influência digital é cada vez mais forte também em outros movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres e outros. Cunhaporanga, Tukumã Pataxó, Alice Pataxó, Eric Terena, Christian Wairu, Samela Awiá, são alguns dos exemplos de influencers indígenas. Parece haver entre esses influenciadores diferentes abordagens. Há os que não focam seus conteúdos nas pautas políticas ou na divulgação das ações do movimento indígena, já que eles mesmos não fazem parte de qualquer organização do movimento indígena. E há os que criam conteúdo focado na luta por direitos indígenas e que cobrem as iniciativas e atos do movimento, por também fazer parte dele. Muitos se tornaram influenciadores digitais a partir dos grandes eventos do movimento indígena, como o ATL (Acampamento Terra Livre): “Essa turma de influenciadores está sempre presente nos ATLs. Eles se construíram a partir dos ATLs, que são eventos nacionais, e ganharam visibilidade em torno disso” (Entrevista concedida por comunicador Baniwa). Dentro dos dois perfis há aqueles que encabeçam também produções comunicacionais de ONGs, outros conseguiram contratos com grandes empresas de comunicação, apresentando, por exemplo, podcasts das organizações Globo. Outros são influencers agenciados por empresas como a MAP Brasil, mesma empresa que agencia carreiras de atores e outros artistas.

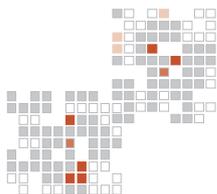
Nessas três categorias é possível observar na prática alguns dos conceitos característicos apresentados anteriormente. Primeiro o da produção coletiva da comunicação, a partir

da lógica de construção em comunidade. Essa característica se apresenta com maior força nas redes de comunicadores indígenas, por sua construção baseada profundamente em seu território, a produção em rede se relaciona diretamente com o povo que vive naquele local, em uma construção comunitária dos signos ali veiculados.

Em relação a interculturalidade e o uso da comunicação como expressão cultural indígena, é possível observar em características específicas, como o uso de línguas indígenas nos conteúdos veiculados. Por exemplo, na Rádio Yandê, coletivo indígena de web rádio, há diversos programas que são feitos a partir de línguas originárias, assim como toca-se músicas da tradição de diversos povos. Os podcasts da Rede Wauri também apresentam essa marca. Em relação aos jovens influenciadores a marca cultural aparenta ser o destaque dos seus perfis. Desmistificar esteriótipos e apresentar marcas de suas culturas são conteúdos cotidianos nas páginas dos jovens indígenas.

Por fim, a construção de conteúdos que “tomam lado”, ou seja, que não são isentos de ideologia, é talvez a característica mais forte que une todas essas experiências estudadas. Todas apresentam seus conteúdos a partir de um olhar de defesa dos direitos indígenas, fortalecendo e valorizando a cultura de seus povos.

Apesar de perceber tantas características que marcam uma decolonialidade, é preciso ressaltar que, apesar das indicações disso, há espaços para questionar o quanto algumas dessas experiências são, na realidade, mais produções alternativas do que contrapostas ao modelo colonial de fazer comunicação. Isso pode ser percebido especialmente nas iniciativas dos influenciadores que são incorporados em lógicas empresariais da comunicação, inclusive produzindo conteúdo para conglomerados de mídia. Esses parecem produzir uma comunicação étnica, que soma



elementos folclóricos a uma grade comercial clássica. É evidente que a presença de indígenas em grades de empresas comerciais é muito bem vinda, especialmente em realidades que esses sujeitos não têm visibilidade. Porém é importante ressaltar que essas iniciativas acabam sendo produções comunicacionais indígenas legítimas, mas estão longe de se proporem como comunicações decoloniais.

4. Direito e Sustentabilidade da Comunicação Indígena

A garantia e a viabilidade da comunicação indígena é de extrema importância nos nossos dias. Vivemos uma crise social, política, econômica e, porque não, midiática. Nesse cenário, a produção indígena apresenta possibilidades de resoluções de conflitos que estão na coluna vertebral da crise da modernidade.

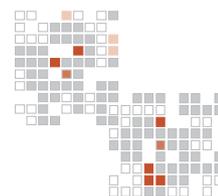
Porém, é de se imaginar, que em uma sociedade que a comunicação é vista como mercadoria, há pouquíssimo espaço para uma prática como a da comunicação indígena.

Com os avanços das leis internacionais de direitos humanos, já existem ordenamentos que garantem o direito à comunicação aos povos indígenas. Está garantido o direito ao acesso à informação através dos meios de comunicação de massa e as TICs, e também o direito dessas populações de terem acesso aos seus próprios meios de comunicação, em seus próprios idiomas. Com isso, esses ordenamentos obrigam os Estados a adotarem medidas para que esse direito seja garantido, como também para que os meios públicos e privados de comunicação reflitam a diversidade étnica e cultural dos países (CEPAL, 2015). Porém, mesmo assim, há muitos desafios para que o direito à comunicação seja garantido e que a comunicação indígena possa ter sustentabilidade para ser produzida e difundida.

As organizações indígenas têm travado debates públicos, e tirado alguns apontamentos que

visam garantir esse direitos. Esses espaços de debate públicos da sociedade civil são inúmeros, mas queremos ressaltar aqui as *Cumbres Continentales de Comunicación Indígena*, que reúnem comunicadores indígenas de vários países da América Latina. As demandas dos comunicadores indígenas incidem desde o direito à informação e à comunicação relativa ao papel dos meios de comunicação de massa, a reivindicação a inclusão de inclusão em estatísticas oficiais, até ao acesso às novas tecnologias da informação e o desenvolvimento dos próprios meios de comunicação (CEPAL, 2015). Vamos apresentar aqui algumas das principais reivindicações do movimento de comunicadores indígenas.

O direito ao reconhecimento da comunicação indígena em legislações específicas de comunicação é uma reivindicação importante do movimento. Com isso, há a defesa que deve ser garantido o direito de reconhecimento da comunicação indígena como um tipo de comunicação independente. Isso, principalmente em legislações de regulação das comunicações. Em geral, os organismos internacionais identificam três tipos de comunicação: comercial, pública e comunitária. Os comunicadores indígenas questionam e debatem em que lugar se encaixaria a comunicação indígena nesse tipo de identificação. Em geral, os movimentos de comunicadores indígenas reivindicam que a comunicação indígena deve ser considerada como categoria própria. Em relação a comunicação comercial, a diferença fica evidente nos objetivos que ambas possuem. Diferente do setor comercial, a comunicação indígena não tem por objetivo o lucro, mas sim a defesa dos direitos dos povos tradicionais e a visibilidade das culturas desses povos. Em relação ao setor público, a grande diferença está na independência que a comunicação indígena tem com os governos. E por fim, o debate mais complexo é a defesa da diferenciação da comunicação indígena com a



comunicação comunitária.

(...) se as diferenças entre o jornalismo indígena e os meios comerciais e públicos de comunicação são evidentes, não pode se amarrar ao mesmo que os meios comunitários. Em efeito, se a categoria do jornalismo indígena pode constituir-se no presente ensaio, se deve, em grande medida, à maneira geral e a priori que os estudos do tema que encerram a comunicação indígena dentro dos parâmetros teóricos da comunicação comunitária. Sem dúvida que o jornalismo indígena compartilha uma série de traços comuns com o jornalismo comunitário, sobretudo em sua oposição aos meios comerciais de comunicação, assim como em um afã de participação popular na tomada de decisão pública, mas ambos jornalisimos também divergem em seus modos práticos de informação. Então, porque o jornalismo indígena pode e/ou deve ser separado dos tipos de meios comunitários de comunicação? (Merino, 2012, p.25. tradução nossa)⁹.

Para os comunicadores que defendem essa diferenciação, a produção comunitária demanda uma cidadania genérica, que não são as mesmas demandas das populações indígenas. Apesar das diversas etnias, o movimento indígena e,

9 (...) si las diferencias entre un periodismo indígena y el de los medios comerciales y públicos de comunicación son evidentes, no puede armarse lo mismo respecto de los medios comunitarios. En efecto, si la categoría de periodismo indígena pudo constituirse en el presente ensayo, se debe, en gran medida, a la manera general y apriorística de los estudiosos del tema que encierran la comunicación indígena dentro de los parámetros teóricos de la comunicación comunitaria. Es indudable que el periodismo indígena comparte una serie de rasgos comunes con el periodismo comunitario, sobre todo en su oposición a los medios comerciales de comunicación, así como en su afán de participación popular en la toma pública de decisiones, pero ambos periodismos también divergen en sus modos prácticos de producción de la información. Entonces ¿Por qué el periodismo indígena puede y/o debe ser separado del tipo de los medios comunitarios de comunicación? (Merino, 2012, p.25).

em consequência, a comunicação indígena, tem pautas e algumas práticas comuns.

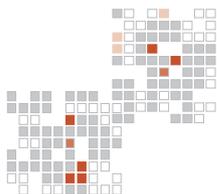
(...) a singularidade da comunicação indígena não pode diluir-se na diversidade das comunidades sujeitas ao jornalismo comunitário. Por isso, o jornalismo indígena pode ser separado das práticas convencionais dos meios comunitários de comunicação devido às diferenças em suas respectivas propostas e tarefas jornalísticas. (Merino, 2012, p.25. tradução nossa)¹⁰.

Além da reivindicação do reconhecimento da comunicação indígena como um tipo próprio, há também a defesa para a implementação de políticas públicas que regulem esse setor na sua especificidade. Por exemplo, tendo a reserva de um espaço do espectro da radiodifusão somente para iniciativas indígenas.

O acesso a TICs (tecnologias da informação) é também uma das reivindicações das populações indígenas. À falta de acesso a essas tecnologias se atribui o conceito de “brechas digitais”. As brechas digitais entre não indígenas e indígenas são gigantescas:

(...) independentemente do nível de acesso à Internet em cada país; no Equador, Panamá, Peru e República Bolivariana da Venezuela o acesso à Internet dos domicílios não indígenas é entre cinco e seis vezes maior que o dos domicílios indígenas; as desigualdades territoriais na brecha digital também são eloquentes e se aprofundam com as étnicas (CEPAL, 2015. p.112 e 113).

10 (...) la singularidad de la comunidad indígena no puede diluirse en la diversidad de las comunidades sujetas del periodismo comunitario. Por ello, el periodismo indígena puede ser separado de las prácticas convencionales de los medios comunitarios de comunicación debido a las diferencias en sus respectivas propuestas y quehaceres periodísticos (Merino, 2012, p.25).



É principalmente na Internet que comunicadores indígenas criam seus conteúdos. Isto porque as redes, que não tem limitações geográficas, trazem possibilidades de visibilidade, alcance e trabalho interconectado, centrais para o movimento indígena. Por isso a importância desses comunicadores terem acesso às novas tecnologias das comunicações. Para isso, é necessário que o Estado faça uma série de obras de infraestrutura, para que se estendam as redes de comunicações às comunidades indígenas.

Outra questão é a necessidade de apoio para a capacitação das populações indígenas, fortalecendo as capacidades técnicas desses comunicadores para um uso ativo de todas as técnicas disponíveis. Essa capacitação deve ser de incumbência do Estado, dando formação de técnicas jornalísticas, audiovisuais e inclusive de desenvolvimento de softwares de comunicação.

Por fim, é importante ressaltar a demanda de que as produções dos povos tradicionais não se limitem a serem veiculados somente nos próprios meios indígenas. É também necessário que os meios comerciais e públicos veiculem comunicação feita por indígenas e que se estabeleçam cotas mínimas de veiculação dessas produções.

Conclusão

Debater criticamente sobre os modelos pré-estabelecidos de fazer comunicação é urgente. As práticas hegemônicas, principalmente da mídia

comercial, tem sido base de uma sociedade desigual, antidemocrática e violenta, principalmente em relação aos sujeitos e nações subalternizadas.

Portanto, apontar possibilidades de outras práticas é, igualmente, urgente. Essa é a proposta das práticas decoloniais de comunicação, que apontam caminhos para outras possibilidades comunicacionais, que rompam com os velhos modelos. Como levantando aqui, muitos são os caminhos para se pensar em outras práticas. Dentre elas, a comunicação indígena parece ser uma prática importante que rompe de forma profunda com os modelos da comunicação tradicional. Isso ocorre por uma característica muito própria das populações indígenas, que são as vivências cotidianas desses povos. E essas vivências, são por si só, opositoras às vivências tradicionais baseadas nas práticas coloniais e capitalistas. A existência e o reconhecimento político e cultural desses povos já propõe perspectivas contra-hegemônicas ao modelo capitalista, e a comunicação está nesse bojo.

A partir de uma visão decolonial, defendemos aqui que um caminho para pensar novas práticas comunicacionais pode, e deve, ser implementado se observarmos as práticas dos povos tradicionais e suas vivências comunicacionais. Romper com o modelo colonial passa por aprendermos com o que se opõe ao cotidiano colonial. Nisso, a comunicação indígena dá atalhos importantes para quem quer construir um modelo contra-hegemônico de se fazer comunicação.

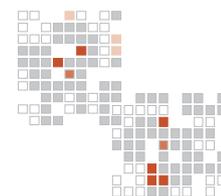
Referências

BELTRÁN, Luis Ramiro. Adiós a Aristóteles: La Comunicación “Horizontal”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, v.4, n.7, p.136-158, mar, 2007. Disponível em: <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/223>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

BRINGE, Amparo Cadavid. La comunicación para el cambio social: ¿nos acerca o nos aleja? IN: BRANDARIZ, José Ángel; HERMIDA,

Marcelo Martínez; LAGE, Xesús (Org.) *Comunicación y desarrollo: Un puente entre Europa y América Latina*. 1a ed. Buenos Aires : La Crujía, 2013. pp.23 a 45.

CALDERÓN, Carlos Arcila; BARRANQUERO, Alejandro; GONZÁLEZ, Eva. From Media to Buen Vivir: Latin American Approaches to Indigenous Communication. *Communication Theory*, Oxford, n. 28, p.180-201, maio, 2018. Disponível em: <<https://>



academic.oup.com/ct/article-abstract/28/2/180/4994889?redirectedFrom=fulltext#no-access-message >. Acesso em: 24 de julho de 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Os povos indígenas na América Latina: Avanços na última década pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago, fev, 2015.

MALDONADO RIVERA, Claudio Andrés; REYES VELÁSQUEZ, Carlos; DEL VALLE ROJAS, Carlos. Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir: Pensar la socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, n. 128, p. 165- 182, abr-jun, 2015. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/1609>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y giro-descolonial. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.9 , p.61-72, jul-dez, 2008. Disponível em: <<https://www.revistatabularasa.org/numero09/la-descolonizacion-y-el-giro-des-colonial/>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

MERINO, Gema Tabares. Periodismo indígena, una propuesta desde las cumbres de comunicación de Abya Yala. *Chasqui Revista Latinoamericana de comunicación*, Quito, n. 20, pp. 23-27, dez, 2012. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/497>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

QUIROGA, María Soledad. Comunicación y ciudadanía intercultural. In: _____. *Comunicación para una ciudadanía integral e intercultural*. La Paz Fundación UNIR, 2012. p.13-20.

TORRICO VILLANEUVA, Erick. La Comunicación Decolonial, Perspectivas In/surgentes. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, v. 15, n. 28, p.76-81, set, 2018. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/472>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

_____. Pensamiento emancipador y Comunicación en América Latina. *Aportes de la Comunicación y la Cultura*, n.1, v.17, jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2306-86712014000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

